Fóruns Estadão BRASIL COMPETITIVO

FOTOS HÉLVIO ROMERO/ESTADÃO

Prioridade. Bernardo Figueiredo responde ao mediador Leandro Modé, observado por Regina Nunes, Gustavo Nunes da Silva Rocha e Cristina Schulman: debate sobre fontes de financiamento

Infraestrutura precisa atrair US$ 100 bi por ano

Essa é a estimativa do que o setor deve receber em investimentos públicos e privados no Brasil, segundo a Standard & Poor's

Silvana Mautone
Ricardo Leopoldo
Wladimir D'Andrade

Os investimentos em infraestrutura no Brasil poderão alcançar entre US$ 500 bilhões e US$ 700 bilhões em cinco anos. A estimativa é da presidente da Standard & Poor's para o Cone Sul, Regina Nunes, que participou na quarta-feira, em São Paulo, do evento Financiamento para o Desenvolvimento, da série Fóruns Estadão Brasil Competitivo, promovido pelo Grupo Estado em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

"É uma média de US$ 100 bilhões por ano de recursos necessários para modernizar vários setores fundamentais para o País, como rodovias, portos e aeroportos", afirmou. Segundo ela, entre esses recursos está uma parcela dos investimentos previstos para o pré-sal que, se fossem considerados integralmente, elevariam o montante para US$ 1 trilhão.

Ela apontou que a própria classificação de risco do Brasil poderia ser elevada se o País tivesse uma melhor infraestrutura – a nota do Brasil é BBB, cuja perspectiva estável tem viés positivo para o médio prazo.

A presidente da Standard & Poor's se mostrou otimista e disse acreditar que, conforme os novos investimentos forem sendo feitos, isso deve ocorrer. "Na medida em que os investimentos do setor de logística e transportes começam a maturar, em poucos anos isso vai reduzir os custos das empresas, o que vai baixar pressões sobre inflação e elevar o PIB potencial."

Velocidade. O presidente da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), Bernardo Figueiredo, concorda com a importância da infraestrutura para o desempenho do Brasil. "Temos de utilizar a infraestrutura como fator indutor da atividade econômica", disse. "Precisamos ter uma logística que dê competitividade ao nosso setor produtivo."

Mas ele admitiu que o governo tem deixado a desejar no ritmo de execução das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Figueiredo defendeu, porém, o programa e afirmou que o nível de execução vem melhorando.

"O PAC trouxe uma grande novidade, que é o fato de todas as obras terem recursos para começar e acabar. Ele trouxe essa condição financeira para executar as obras. Também trouxe para o setor público o compromisso com prazos. Hoje só é possível identificar atraso nas obras porque há um cronograma", disse, ressaltando que a cada quatro meses o governo presta contas à sociedade sobre o andamento dessas obras.

Na semana passada, o governo informou que a execução global dos investimentos no PAC 2 soma R$ 181,5 bilhões no acumulado entre janeiro e setembro, 26% mais do que no mesmo período do ano passado. No acumulado de janeiro de 2011 até setembro deste ano, são R$ 385,9 bilhões, 40,4% do investimento total previsto até 2014.

Segundo Figueiredo, há grandes dificuldades de execução das obras e a origem disso está na "desestruturação do Estado nos anos 90". "Não tinha estrutura de gestão pública bem formada e bem aparelhada", afirmou.

A grande dependência dos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) nos projetos de infraestrutura hoje, no Brasil, que geralmente respondem por cerca de 70% dos recursos das obras, foi um dos temas do debate.

Mas Gustavo Nunes da Silva Rocha, presidente da Invepar, que liderou o consórcio vencedor do leilão do Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, realizado em fevereiro, disse acreditar que haverá um aumento na disponibilidade de recursos privados para os projetos de infraestrutura.

Segundo ele, a própria crise dos governos contribui nesse sentido. "Alguns títulos de projetos de infraestrutura têm se mostrado mais seguros do que os de alguns governos", afirmou o executivo.

Rocha considera que as debêntures de infraestrutura, criadas recentemente pelo governo, serão uma importante fonte de recursos. O executivo também afirmou que já é possível verificar no mercado de financiamento privado condições mais alongadas para captação de recursos.

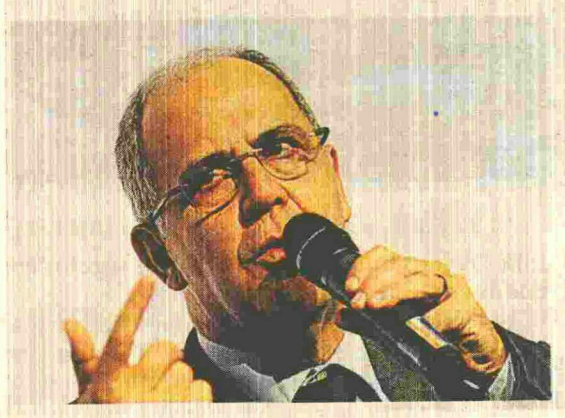
O presidente da Invepar ressaltou, porém, que é fundamental que o ambiente regulatório seja forte para que esses papéis atraiam o investidor. A Invepar é formada pela construtora OAS e pelos três maior fundos de pensão de empresas públicas no Brasil – a Previ, do Banco do Brasil; o Petros, da Petrobrás; e a Funcef, da Caixa.

Incerteza jurídica afeta os custos

● Regina Nunes, presidente da Standad & Poor's, afirmou que as questões regulatórias influenciam a análise de custos de financiamento dos projetos. "Há dúvidas de regulação que ainda não foram testadas juridicamente e afetam os custos", disse Regina, ressaltando que não existe como o governo ou o mercado reduzirem essa incerteza, o que só acontecerá quando casos forem levados aos tribunais.

"A agenda da indústria não é cooperativista. Confunde-se com a do governo."
Carlos Alberto Barreiros, diretor de Comunicação da Confederação Nacional da Indústria

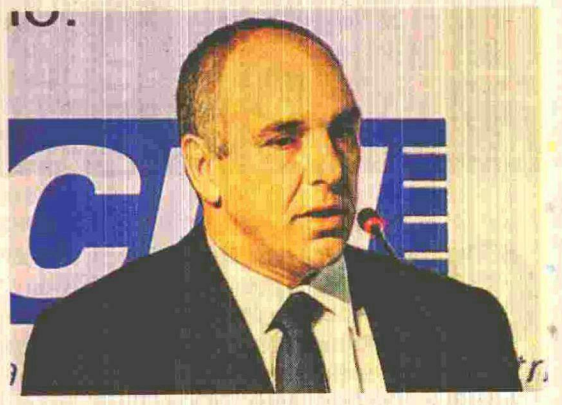
PROPOSTAS



BERNARDO FIGUEIREDO
PRESIDENTE DA EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA
"O setor de infraestrutura ficou parado nos anos 80 e 90 e precisamos recuperar o tempo que perdemos."

CRISTINA SCHULMAN
CHEFE DE MERCADO DE CAPITAIS DA ÁREA DE DÍVIDA DO SANTANDER
"As pessoas físicas também vão ter interesse em participar como investidores em projetos de infraestrutura de empresas conhecidas."

REGINA NUNES
PRESIDENTE DA STANDARD & POOR'S CONE SUL
"Um país que cresce 1,5% não é um país em desenvolvimento. Esse crescimento está ocorrendo mais lentamente do que gostaríamos, mas não é fácil mexer nisso."



GUSTAVO NUNES DA SILVA ROCHA
PRESIDENTE DA INVEPAR
"O capital humano é um dos grandes desafios que enfrentamos, pois tivemos uma geração de engenheiros que ficou perdida, por causa das décadas que o País ficou sem investir."